

As oportunidades de negócios escondidas nas áreas protegidas

Categories : [Colunistas Convidados](#)

Entre os anos de 2005 e 2006, foram criadas pelo governo federal seis unidades de conservação para salvaguardar importantes remanescentes de Floresta com Araucária e Campos Naturais no Paraná e em Santa Catarina. No primeiro estado, foram formalizados o [Parque Nacional dos Campos Gerais](#), as [Reservas Biológicas das Perobas](#) e [Araucárias](#) e o [Refúgio da Vida Silvestre dos Campos de Palmas](#). Em Santa Catarina, o [Parque Nacional das Araucárias](#) e a [Estação Ecológica Mata Preta](#).

Devido a diversos problemas, como a falta de regularização fundiária e os escassos recursos públicos para as desapropriações necessárias, as unidades oferecem poucas, e em alguns casos, nenhuma opção de lazer à sociedade. Mais de dez anos depois de criadas, muitos proprietários ainda vivem nesses locais já declarados públicos.

Por desconhecerem ou serem privadas do uso desses espaços, as comunidades do entorno manifestam alguma contrariedade em relação à conservação das UCs. As tentativas que já foram feitas para anulação dos decretos de criação das áreas refletem apenas parte dessa situação. Além disso, municípios inteiros defendem os interesses de alguns particulares sem perceber que a comunidade e a economia local seriam muito mais beneficiadas se o turismo ordenado fosse estimulado e se estabelecesse.

Experiência tem mostrado que UCs fechadas ao uso público são muito mais prejudiciais à conservação da natureza do que aquelas que recebem milhares de visitantes. Quando a comunidade não pode utilizar a área natural pública – que poderia promover a saúde e o bem estar local – a área deixa de gerar receitas provenientes de ingressos, serviços e produtos.

Quando turistas visitam um parque nacional, por exemplo, consomem bens e serviços na região, como hospedagem, alimentação e estimulam o fortalecimento de empresas familiares e pequenos negócios. As vendas, rendimentos e empregos resultantes das transações feitas com os empreendimentos turísticos locais geram efeitos diretos da presença dos visitantes.

Contribuições econômicas do turismo de natureza

Uma recente análise sobre as contribuições econômicas do turismo de natureza em UCs federais do Brasil, [publicada em 2016](#), demonstrou que, em 2015, os oito milhões de visitantes recebidos nas áreas geraram, aproximadamente, R\$ 4 bilhões em efeitos diretos, indiretos e induzidos,

criando 43 mil empregos e agregando R\$ 1,5 bilhão ao Produto Interno Bruto (PIB) do país. Para ter ideia da magnitude desses valores, o PIB do estado de Roraima, no mesmo período, foi de R\$ 9,7 bilhões.

Além das contribuições econômicas das [94 UCs federais brasileiras](#) que já registram visitantes, o estudo também avaliou o potencial de atratividade turística das unidades que ainda não reportam esses dados. Entre elas estão o Parque Nacional Nacionais dos Campos Gerais e o Parque Nacional das Araucárias. Na situação em que se encontram, elas já poderiam receber, pelo menos, 35 mil e 20 mil visitantes por ano, respectivamente. Com as infraestruturas e serviços adequados para garantir a conservação e uma boa experiência ao visitante, essas áreas poderiam receber públicos ainda maiores, tendo em vista suas belezas naturais e localização privilegiada, próximas de áreas com grande densidade urbana.

Para efeito de comparação, outros espaços analisados em 2015 com visitação similar demonstraram que 36 mil visitantes gastaram mais de R\$ 800 mil na região, gerando R\$ 2,6 milhões em efeitos totais para a economia e R\$ 949 mil em PIB, além de R\$ 686 mil em renda e 88 empregos. Já uma visitação de 20 mil pessoas em outra UC foi responsável por R\$ 446 mil em gastos na região, movimentando R\$ 1,4 milhão em efeitos totais na economia e gerando R\$515 mil em PIB, além de rendimentos na faixa de R\$ 372 mil e dezenas de empregos.

"Quando as prefeituras contabilizarem o valor agregado ao PIB local que estão deixando de receber, não esperarão providências do governo federal: elas mesmas conduzirão o processo para fazer a arrecadação e aquisição das propriedades particulares contidas em um parque nacional, simplesmente, por ser um investimento com retorno garantido".

Esse estudo, assim como outros, está auxiliando a transformar a imagem negativa das UCs como entraves à produção local para polos de desenvolvimento socioeconômico. Quando as prefeituras contabilizarem o valor agregado ao PIB local que estão deixando de receber, não esperarão providências do governo federal: elas mesmas conduzirão o processo para fazer a arrecadação e aquisição das propriedades particulares contidas em um parque nacional, simplesmente, por ser um investimento com retorno garantido. Junte-se a isso o simples fato de que o nome "Parque Nacional" tem grande poder de atratividade turística. Cidades como Ponta Grossa podem oferecer uma diversidade de atividades e roteiros integrados, incluindo outros atrativos como o Parque Estadual de Vila Velha, para se consolidar como um destino ecoturístico de envergadura nacional.

União para conservação do bem comum é dever de todos

Encarar as UCs como oportunidades de negócio e renda gera benefícios para toda a região. Diversos atores sociais trabalhando juntos no processo de aquisição das terras particulares podem beneficiar a todos. Primeiro, os proprietários que se veem livres do limbo judicial atual e podem recomeçar, inclusive, investindo no setor turístico. O órgão gestor também se beneficia, adquirindo

condições de administrar e consolidar a área. A população agradece pelo espaço de lazer e recreação, além das oportunidades de emprego. O empresariado ganha com a abertura de um novo mercado. Por fim, a administração municipal é beneficiada pelo crescimento da economia local, aumento da arrecadação e opinião pública favorável.

A responsabilidade não é só dos gestores dessas unidades, que às vezes se percebem em situação delicada para garantir a implementação eficiente das áreas. A responsabilidade é de toda a sociedade, que precisa se unir para conservar um bem comum. Além disso, a oportunidade está batendo à porta dos governantes com visão empreendedora. Momentos de crise, como esse vivido pelo Brasil, podem nos auxiliar a enxergar as UCs como estratégicas para a retomada do crescimento, a partir dos benefícios socioeconômicos que seus serviços ambientais, como o turismo, podem oferecer.

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/28912-uso-publico-nos-parques-nacionais-e-um-direito-civil/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/27346-explorando-o-uso-publico-em-unidade-de-conservacao/>

<http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/27200-turbinando-o-uso-publico-nas-ucs-do-rio-de-janeiro/>